



PODER JUDICIÁRIO

**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**

**APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO N. 0001657-29.2012.4.01.3803/MG**

RELATOR : DESEMBARGADOR FEDERAL JIRAIR ARAM MEGUERIAN  
APELANTE : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL  
PROCURADOR : HELDER MAGNO DA SILVA  
APELADO : INSTITUTO ANTONIO HOUAISS  
ADVOGADO : RJ00008367 - ALBERTO VENANCIO FILHO  
APELADO : EDITORA OBJETIVA LTDA  
ADVOGADO : MG00106777 - FLAVIO GOMES DE RESENDE E OUTROS(AS)  
REMETENTE : JUIZO FEDERAL DA 19A VARA - MG

**EMENTA**

APELAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. DANOS MORAIS COLETIVOS. ESCOLHA DOS TERMOS DO DICIONÁRIO. CIGANO. SENTENÇA MANTIDA.

I. O indeferimento de prova testemunhal, que em reexame se mostra desnecessária ou inútil para o deslinde da causa, feito de forma fundamentada em decisão não caracteriza cerceamento de defesa. Preliminar afastada.

II. Não se configura abuso do direito de liberdade de expressão o registro pelo dicionário dos vários significados que são atribuídos à determinada palavra.

III. O dicionário funciona como um registro/catálogo das palavras, inexistindo qualquer juízo de valor do autor/editor sobre os significados atribuídos.

IV. Ademais, a supressão de determinados termos não traria o resultado pretendido, uma vez que o dicionário tão somente registra os termos e significados de uma palavra, de modo que não estaria suprimido da sociedade o significado pejorativo que eventualmente seja atribuído à palavra cigano.

V. O que consta ali são várias informações relativas às palavras, incluindo seus usos formal e informal, bem como significados populares que possam existir.

VI. O dano moral coletivo somente seria cabível se demonstrado que houve juízo de valor quanto aos termos ali constantes, ou ainda se comprovado que a escolha dos termos foi feita com intuito discriminatório em relação ao povo cigano.

VII. Recurso de apelação do Ministério Público Federal a que se nega provimento.

**A C Ó R D ã O**

Decide a Sexta Turma, por unanimidade, negar provimento à apelação.

Sexta Turma do TRF da 1ª Região – 08.04.2019.

Desembargador Federal **JIRAIR ARAM MEGUERIAN**  
Relator